



**INSTITUTO
FEDERAL**

Brasília

Instituto Federal de Brasília

Campus Gama

Especialização em Ensino de Ciências e Matemática para o Ensino Fundamental

ADRIANA RODRIGUES DA SILVA SANTOS

FRANCO XAVIER SILVA DE ARAÚJO

JANDIRA PEREIRA DA SILVA

SOFIA SANTOS CORRÊA

**REALIDADE E DESAFIOS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM UMA ESCOLA
PÚBLICA DE ENSINO FUNDAMENTAL DO DISTRITO FEDERAL**

Brasília

2026

ADRIANA RODRIGUES DA SILVA SANTOS
FRANCO XAVIER SILVA DE ARAÚJO
JANDIRA PEREIRA DA SILVA
SOFIA SANTOS CORRÊA

**REALIDADE E DESAFIOS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM UMA ESCOLA
PÚBLICA DE ENSINO FUNDAMENTAL DO DISTRITO FEDERAL**

Trabalho de Conclusão de
Curso do curso de
Especialização em Ensino de
Ciências e Matemática para o
Ensino Fundamental do Instituto
Federal de Brasília, Campus
Gama como parte da exigência
para obtenção do título de pós-
graduação.

Orientador: Dr. André Vinícius
Freire Baleeiro

Brasília
2026

Santos, Adriana Rodrigues da Silva.

Realidade e desafios da educação ambiental em uma escola pública de ensino fundamental do distrito federal / Adriana Rodrigues da Silva Santos ... [et al.] ; orientação André Vinícius Freire Baleeiro. — Gama, DF: 2026. 31 f. ; 30 cm.

Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ensino de Ciências e Matemática para o Ensino Fundamental) — Campus Gama, Instituto Federal de Brasília, Gama, DF, 2026.

Orientador(a): André Vinícius Freire Baleeiro.

1. Sustentabilidade na BNCC. 2. Currículo em movimento. 3. Pnea. 4. Educação para sustentabilidade. 5. Bncc. I. Araújo, Franco Xavier Silva de Araújo. II. Da Silva, Jandira Pereira da Silva. III. Corrêa, Sofia Santos Corrêa. IV. Baleeiro, André Vinícius Freire, orient. V. Instituto Federal de Brasília. VI. Título.

Dedicamos este trabalho a
Deus Pai, a Deus Filho e a
Deus Espírito Santo, por nos
dar sabedoria e conhecimento
ao longo desta caminhada.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por nos dar forças para não desistir nos momentos mais difíceis.

À nossa família, nosso maior apoio, por acreditarem em nós mesmo quando duvidamos.

Ao nosso orientador, pela paciência, dedicação e por tornar este trabalho possível.

Aos amigos e professores, que fizeram parte dessa caminhada e a tornaram mais leve.

Nós persistimos até o fim.

Essa conquista é de todos nós. Muito obrigado(a).

“A Terra tem o suficiente para satisfazer as
necessidades de todos, mas não a ganância de
todos.”

Mahatma Gandhi

RESUMO

Após longo processo de debate e inserção dos conhecimentos e práticas acerca da questão ambiental no currículo do ensino fundamental será que chegamos em bases legais que estão à altura dos desafios do século XXI para enfrentar o colapso ambiental? E com relação à prática de Educação Ambiental, como estamos? Este trabalho busca contribuir com elementos para essas indagações a partir da realidade de uma escola de ensino fundamental do Distrito Federal. Foi aplicado questionário em 2025 para os professores de uma escola de ensino fundamental de Ceilândia - DF, obtendo 20 respostas em um universo de 51 professores. Observou-se debilidade na formação de professores, no apoio a projetos que exigem infraestrutura e na efetivação de parcerias com outras organizações. Com relação ao estudo das bases legais, observou-se que o Currículo em Movimento está seguindo a mesma direção da BNCC na substituição do termo Educação Ambiental pela Educação para a Sustentabilidade, identificando uma substituição por uma Educação Ambiental de cunho mais pragmático.

Palavras-chave: Sustentabilidade na BNCC; PNEA; Currículo em Movimento; Educação para a Sustentabilidade; Ceilândia – DF.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNCC - Base Nacional Comum Curricular

EA - Educação Ambiental

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

MEC - Ministério da Educação

ONU - Organização das Nações Unidas

PNEA - Política Nacional de Educação Ambiental

SEEDF - Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal

SUMÁRIO

RESUMO.....	5
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	5
1. INTRODUÇÃO	7
1.1 OBJETIVO GERAL	8
1.2 OBJETIVO ESPECÍFICO.....	8
2. REFERENCIAL TEÓRICO.....	9
2.1 EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL.....	9
2.2 A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR DO ENSINO FUNDAMENTAL	11
2.3 EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO CURRÍCULO EM MOVIMENTO DO DISTRITO FEDERAL-DF	13
3.METODOLOGIA.....	15
4.RESULTADOS	17
5. DISCUSSÃO: A REALIDADE E OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM UMA ESCOLA PÚBLICA	21
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	26
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	27
APÊNDICE I	30

1. INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, a Educação Ambiental (EA) tem ganhado relevância no cenário educacional e tem sido considerada uma estratégia essencial para promover a conscientização e responsabilidade em relação ao meio ambiente. No contexto escolar, a EA tem um papel importante ao estimular práticas sustentáveis e despertar o senso crítico sobre as questões ambientais. A inserção de temas ambientais, a partir de uma abordagem reflexiva e crítica, nas escolas é fundamental para a formação de cidadãos conscientes e capazes de enfrentar os desafios socioambientais do mundo atual.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) estabelece um marco importante na organização das aprendizagens essenciais da Educação Básica no Brasil, alinhando os direitos de aprendizagem ao longo das etapas de ensino. No entanto, apesar de sua importância, a EA enfrenta dificuldades em sua inserção efetiva no currículo da BNCC, sendo tratada de maneira débil, aparecendo nominalmente apenas uma vez no texto, e com uma abordagem que não explora adequadamente sua transversalidade (Silva, Loureiro, 2019).

Para entender as barreiras e as oportunidades que a BNCC oferece para a integração da EA no Ensino Fundamental, é necessário analisar sua estruturação e os objetivos estabelecidos para a formação integral dos estudantes. Além disso, é fundamental refletir sobre o papel transformador da Educação Ambiental e seu impacto na formação de cidadãos críticos, contribuindo para uma sociedade mais justa e sustentável.

Delgado (2021) afirma que, ao promover a reflexão sobre práticas cotidianas e os impactos ambientais das ações humanas, a Educação Ambiental contribui para a construção de uma consciência ética e ecológica, fundamental para enfrentar os desafios socioambientais atuais. Esse tipo de formação é essencial para garantir que os futuros cidadãos sejam capazes de tomar decisões conscientes e responsáveis, orientadas para a sustentabilidade e o bem-estar coletivo.

Desta forma, buscou-se conhecer os desafios enfrentados por uma escola da Rede Pública de Ensino Fundamental do Distrito Federal na implementação de Educação Ambiental. Para tal foram estabelecidos os seguintes objetivos, geral e específicos.

1.1 OBJETIVO GERAL

Demonstrar e analisar a realidade e os desafios para a abordagem da Educação Ambiental em uma escola pública de Ensino Fundamental sob a ótica das principais normas da área.

1.2 OBJETIVO ESPECÍFICO

- Compreender como a temática ambiental tem sido abordada em sala de aula na escola investigada;
- Compreender como os professores percebem a importância da Educação Ambiental na escola;
- Identificar os desafios para o desenvolvimento de uma Educação Ambiental que auxilie a formação de um sujeito crítico e capaz de contribuir para a superação dos problemas ambientais.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Para compreender como se dá a prática da Educação Ambiental (EA) nas escolas é necessário primeiro entender como as principais normas e legislações da educação se relacionam com a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA). Por isso, será abordado nas próximas seções as intersecções entre PNEA, BNCC e Currículo em Movimento para, por fim, sintetizar as sua abrangência, objetivos e abordagens sobre EA.

2.1 EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

A PNEA foi instituída pela Lei nº 9.795/1999 e regulamentada pelo Decreto nº 4.281/2002. Nela, a EA é definida como

“os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade” (BRASIL, 1999, Art. 1)

e entendida como “um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, tanto no ensino formal quanto no não formal” (BRASIL, 1999, Art. 2).

Dentre os princípios da PNEA estão o enfoque humanista, holístico, democrático e participativo; a concepção do meio ambiente em sua totalidade; e a interdependência entre o meio natural, o socioeconômico e o cultural, sob o enfoque da sustentabilidade. Além disso, destaca a importância da ética, da pluralidade de ideias e da participação ativa da sociedade na preservação do meio ambiente (BRASIL, 1999).

Há um abismo entre o esforço para abordar o tema e a falta de recursos para que ocorra a efetivação da implementação da Educação Ambiental nas escolas. De acordo com Censo Escolar do INEP, um terço das mais de 179 mil escolas públicas e privadas não realizou em 2024 ações ambientais (Gomes, 2026). No entanto, para que a Educação Ambiental tenha um impacto real, é preciso que ela seja integrada ao currículo de maneira contínua e interdisciplinar, para que se torne uma prática viva e significativa no cotidiano escolar (Machado, 2007). Essa integração exige que a Educação Ambiental não seja tratada como um conteúdo isolado, mas como parte de um esforço contínuo para formar cidadãos conscientes e responsáveis.

A Educação Ambiental, como defendida por Dickmann e Carneiro (2021), deve ser vista como um espaço de conscientização e transformação, alinhada aos princípios pedagógicos de Paulo Freire. Eles enfatizam a necessidade de uma abordagem que não apenas informa, mas também envolve os estudantes em processos de reflexão crítica sobre sua realidade e seu papel na construção de uma sociedade mais justa e sustentável a partir do diálogo e da problematização.

Dessa forma, é importante pontuar que a Educação Ambiental transcende a mera transmissão de informações sobre o meio ambiente. Ela busca promover uma visão crítica das relações entre sociedade e natureza, incentivando mudanças de comportamento e atitudes que contribuam para a sustentabilidade e a justiça social (Silva; Loureiro, 2020). Braga et al. (2021) argumentam que a Educação Ambiental deveria ser um eixo estruturante do currículo escolar, capaz de integrar conhecimentos de diversas disciplinas e promover uma visão holística das questões ambientais.

Para que a Educação Ambiental tenha o impacto desejado, é necessário que ela seja abordada de forma crítica, como um instrumento de transformação social. Um dos instrumentos que é importante citar como de grande impacto é o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global (ONU, 1992), que auxiliou na construção da PNEA e propôs que houvesse um rompimento na estrutura da sociedade que vivemos, ressaltando que a educação deve seguir um sentido de desenvolver o pensamento crítico e inovador para que assim possa haver uma transformação socialmente efetiva.

Andrade e Piccinini (2017) ressaltam que a EA deve questionar as estruturas econômicas e políticas que perpetuam as crises ambientais, capacitando os estudantes a entenderem as causas profundas dos problemas e a atuarem de maneira transformadora em suas comunidades. Assim, ela deve ser entendida como um caminho para a formação de cidadãos comprometidos com a construção de um futuro mais sustentável e justo.

2.2 A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR DO ENSINO FUNDAMENTAL

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), instituída pelo Ministério da Educação (MEC), foi homologada em 2017 e constitui-se em um documento normativo que define o conjunto de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica. Ela deve promover equidade e qualidade no ensino, estabelecendo competências gerais e específicas que orientam a prática pedagógica em todo o país, com o objetivo de garantir uma formação integral dos estudantes (BRASIL, 2018).

É importante enfatizar também que uma das metas centrais da Educação Básica é a formação cidadã que busca desenvolver competências não apenas cognitivas, mas também sociais e éticas ao processo de ensino-aprendizagem, fundamentais para a convivência e participação ativa na sociedade. Nesse contexto, a Educação Ambiental desempenha um papel crucial ao conectar as questões locais e globais, promovendo uma compreensão crítica das interdependências entre sociedade, economia e ecologia (Leal, 2020).

Apesar da BNCC apontar, no único momento em que o termo EA aparece, que a Educação Ambiental deve ser abordada “preferencialmente de forma transversal e integradora” (BRASIL, 2018, p.19) dentro das competências gerais e nas áreas de Ciências da Natureza e Ciências Humanas, diversos autores criticam que na última versão, a EA foi preterida (Aquino; Iared, 2023). A BNCC propõe o desenvolvimento da consciência socioambiental e do consumo responsável em âmbito local, regional e global. Ela incentiva a compreensão das interações entre os seres humanos e o meio ambiente, promovendo atitudes responsáveis e sustentáveis, conforme previsto na Competência Geral 10 do documento (BRASIL, 2018 p.10).

Embora a BNCC inclua questões socioambientais em seus eixos estruturantes, como "Intervenção no mundo natural e social", a implementação da Educação Ambiental ainda é limitada. Silva e Loureiro (2020) argumentam que, ao tratar a Educação Ambiental como um tema integrador, a BNCC não explora todo o seu potencial transformador. A autonomia das escolas para criar projetos interdisciplinares pode resultar em uma abordagem superficial e pontual, sem uma integração efetiva das questões ambientais em todas as disciplinas. Isso enfraquece o desenvolvimento de uma consciência crítica sobre os desafios ambientais.

A implementação da Educação Ambiental no contexto da BNCC também é discutida por Pereira e Santos (2019), que destacam as inferências e desafios para a inserção dessa temática no currículo de forma contínua e transversal. O estudo aponta que a BNCC, ao tratar a Educação Ambiental como um tema transversal, não garante a integração plena dessa abordagem, limitando-se a apontamentos que necessitam de uma maior articulação para que se concretize de fato no ambiente escolar.

Apesar dessas limitações, a BNCC oferece oportunidades para promover práticas pedagógicas mais integradas, especialmente por meio de seu enfoque por competências. Como afirmam Andrade e Piccinini (2017), é essencial que os professores sejam capacitados para desenvolver práticas pedagógicas contextualizadas, que considerem as realidades locais e globais. Assim, a Educação Ambiental pode se tornar uma ferramenta crucial para engajar os estudantes de maneira significativa e prática nas questões socioambientais, promovendo uma aprendizagem que transcende o conteúdo acadêmico e promove a transformação social.

Nesse contexto, a Educação Ambiental pode desempenhar um papel relevante ao conectar o aprendizado acadêmico às questões ambientais locais e globais, proporcionando aos estudantes uma compreensão mais profunda da relação entre sociedade e natureza.

A transversalidade da Educação Ambiental permite que ela seja trabalhada de maneira integrada em diversas disciplinas, como Ciências, Geografia, História, Artes, dentre outras. Essa abordagem é fundamental para promover uma visão ampla das interações entre os seres humanos e o meio ambiente, capacitando os estudantes a entender os impactos das ações humanas e a importância da sustentabilidade. No entanto, conforme destaca Leal (2020), a falta de diretrizes claras na BNCC sobre como integrar a Educação Ambiental nas diferentes áreas do conhecimento dificulta a implementação eficaz dessa abordagem no Ensino Fundamental.

A formação de crianças e adolescentes no Ensino Fundamental deve ir além da simples memorização de conceitos sobre o meio ambiente. Segundo Delgado (2021), é necessário promover uma reflexão crítica sobre as práticas cotidianas dos estudantes, ajudando-os a compreender os impactos de suas ações e a se tornarem agentes ativos na busca por soluções sustentáveis. Silva e Loureiro (2020) apontam que a Educação Ambiental deve capacitar os estudantes a questionarem as estruturas que perpetuam as crises socioambientais, formando cidadãos conscientes da sua

responsabilidade social e ambiental. Essa abordagem crítica é essencial para o desenvolvimento de uma cidadania ativa, que envolve a busca por soluções sustentáveis e justas para os problemas que afligem a sociedade. A Educação Ambiental, quando integrada à formação cidadã, possibilita que os estudantes se tornem agentes de mudança em suas comunidades e em sua vida cotidiana.

Gonçalves (2000) discute a escola como um espaço educativo, enfatizando que ela não deve ser apenas um lugar de transmissão de conhecimentos, mas um ambiente que propicie a reflexão e a vivência dos conteúdos de maneira significativa. O Ensino Fundamental é uma etapa fundamental para a consolidação de valores, conhecimentos e habilidades essenciais para o exercício da cidadania. Organizado em anos iniciais e finais, o Ensino Fundamental busca promover o desenvolvimento das competências cognitivas, sociais e afetivas dos estudantes, preparando-os para uma participação ativa na sociedade (BRASIL, 2016).

2.3 EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO CURRÍCULO EM MOVIMENTO DO DISTRITO FEDERAL-DF

O Currículo em Movimento é uma proposta curricular implementada nas escolas da Rede Pública do Distrito Federal-DF que busca contextualizar o ensino às realidades locais, promovendo uma educação integral e cidadã. O Currículo em Movimento adapta essas diretrizes ao contexto local, promovendo uma abordagem contextualizada e participativa.

O termo Educação Ambiental no currículo em movimento é citado apenas uma vez ao longo de todo o documento, especificamente no tópico “Língua Estrangeira” (DISTRITO FEDERAL, 2018). De forma semelhante ao caso da BNCC, no Currículo em Movimento é dado maior foco ao termo Educação para a Sustentabilidade enquanto um eixo transversal (DISTRITO FEDERAL, 2018). Esse fato corrobora com a análise de Silva e Loureiro (2019) que esta norma infralegal também segue as diretrizes da ONU, podendo incorrer em uma visão utilitarista e pragmática da temática ambiental com fins de alcançar os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

Apesar dessa crítica, entende-se pela leitura do documento que seu objetivo principal não é transmitir conteúdo sobre meio ambiente, e sim formar um discente que entenda a relação entre sociedade, natureza e economia. E que desenvolva uma atitude crítica sobre consumo e descarte, participe de ações voltadas para o ambiente

escolar assim como em toda comunidade (DISTRITO FEDERAL, 2018).

Baseado na Pedagogia Histórico-Crítica (Saviani, 1991) o Currículo em Movimento tem o intuito de promover a formação da consciência crítica e inovadora a fim de potencializar a compreensão e ação na realidade concreta e nas contradições desta sociedade. Dessa forma ocorre a convergência de diferentes áreas do conhecimento. Além disso, enfatiza a necessidade de práticas pedagógicas que estimulem a participação ativa dos estudantes na construção de uma sociedade mais justa e sustentável (DISTRITO FEDERAL, 2018).

O eixo de Educação para Sustentabilidade aponta os tópicos que são abordados ao longo do ano letivo como: Consumo Consciente; Preservação dos Recursos Naturais; Cerrado; Bacias Hidrográficas; Reciclagem; e Energia (DISTRITO FEDERAL, 2018).

A leitura dos três documentos converge para a análise de que a Educação Ambiental tem perdido espaço e está sendo substituída pela Educação para a Sustentabilidade. A seguir, a tabela 1 sintetiza algumas características de cada norma que auxiliarão uma visão panorâmica desses documentos oficiais.

Tabela 1 - Síntese das normas analisadas.

	PNEA	BNCC	Currículo em movimento DF
O que é	Política Nacional de Educação Ambiental	Base Nacional Comum Curricular	Proposta Curricular da rede Pública do DF
Abrangência	Nacional (Lei 9.795/99)	Norma Infralegal	Distrital
Criação	1999- Lei 2002- Decreto	2017 (EI/ EF) 2018 (EM)	2014 revisado em 2018 para alinhar com BNCC
Objetivo	Promover Educação Ambiental em todos os níveis de ensino	Definir aprendizagens essenciais mínimas	Organizar o trabalho pedagógico da SEEDF

Como aborda a Educação Ambiental	É obrigatória a abordagem em caráter transversal, contínuo e interdisciplinar. Não sendo permitida a criação de uma disciplina isolada para o ensino formal.	Está inserida no tema Meio Ambiente. De forma fragmentada nas competências e habilidades específicas, sendo mais evidentes nas áreas de Ciências da Natureza e Geografia.	A educação ambiental está estruturada em um dos eixos transversais. Com foco para a preservação do Bioma Cerrado e da importância da gestão de recursos hídricos.
---	--	---	---

Tendo analisado essas bases legais, que subsidiam diretamente a atuação docente, será apresentado a seguir a metodologia adotada para coleta de informações sobre a prática docente, buscando entender a realidade e os desafios da categoria para realizar Educação Ambiental.

3.METODOLOGIA

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), ora apresentado trata-se de um estudo de caso realizado através de pesquisa de campo exploratória-descritiva combinada. De acordo com Marconi e Lakatos (2021), os estudos exploratórios-descritivos combinados têm por objetivo descrever determinado fenômeno, como por exemplo, o estudo de um caso para o qual são realizadas análises empíricas e teóricas. Para as autoras, os estudos exploratórios buscam desenvolver hipóteses; aumentar a familiaridade do pesquisador com um ambiente, fato ou fenômeno para a realização de pesquisa futura mais precisa; modificar ou clarear conceitos.

O estudo de caso foi desenvolvido em uma escola pública de Ensino Fundamental do Distrito Federal - DF, localizada na Região Administrativa Ceilândia (RA IX), na porção oeste do Distrito Federal. A Região Administrativa de Ceilândia (RA IX) completou 53 anos no dia 27 de março de 2026. Ela surgiu em decorrência de um grande projeto de relocação de população que morava em áreas não regulares por

meio da Campanha de Erradicação de Invasões (CEI), que deu origem ao seu nome. Em 27 de março de 1971, iniciou-se a transferência de aproximadamente 82.000 moradores das ocupações irregulares da Vila do IAPI, Vila Tenório, Vila Esperança, Vila Bernardo Sayão Colombo e Morro do Querosene, para os setores “M” e “N” ao norte de Taguatinga.

A pesquisa foi realizada no ano de 2025 em uma escola de ensino fundamental de Ceilândia é uma escola de rede pública do Distrito Federal. Sua escolha se deu pelo fato de um dos autores trabalhar na escola naquele ano. À época, a comunidade escolar era composta de 1500 estudantes, 12 professores efetivos, 38 professores temporários e um professor readaptado. Inaugurada em 10 de agosto de 2009 tem como objetivo atender a comunidade escolar do setor QNR 01, Área Especial 03, Ceilândia Norte, Brasília - DF.

Para a coleta dos dados foi aplicado um questionário elaborado no *Google Forms*. O questionário foi enviado a todos os professores atuantes nos Anos Finais do Ensino Fundamental por meio de aplicativo de mensagens. Optou-se por adotar o questionário na tentativa de dar celeridade à obtenção das informações pretendidas, garantir a acessibilidade e maior alcance entre a população investigada, e permitir que os respondentes participassem da pesquisa no momento mais favorável a eles.

O questionário foi estrategicamente segmentado em dois blocos complementares, Bloco A (perguntas fechadas) e Bloco B (perguntas abertas). As questões foram elaboradas de forma a gerar informações sobre a realidade e os desafios enfrentados pela escola investigada para a implementação de Educação Ambiental.

Após a aplicação do questionário, os dados foram analisados a partir da tabulação, no formato excel, apresentada pelo próprio *Google Forms*. Para o tratamento dos dados levantados no Bloco A foi realizada uma análise estatística descritiva simples. As informações obtidas no Bloco B permitiram, de forma complementar, a análise e interpretação das informações obtidas no Bloco A.

4.RESULTADOS

O formulário foi enviado a todos os professores em exercício à época na escola investigada e 39,22% realizaram a devolutiva do questionário (APÊNDICE I). Participaram da pesquisa 20 professores da Educação Básica, atuantes nos Anos Finais do Ensino Fundamental. O gráfico a seguir demonstra os resultados da pesquisa sobre áreas de atuação dos docentes em exercício na escola estudada.

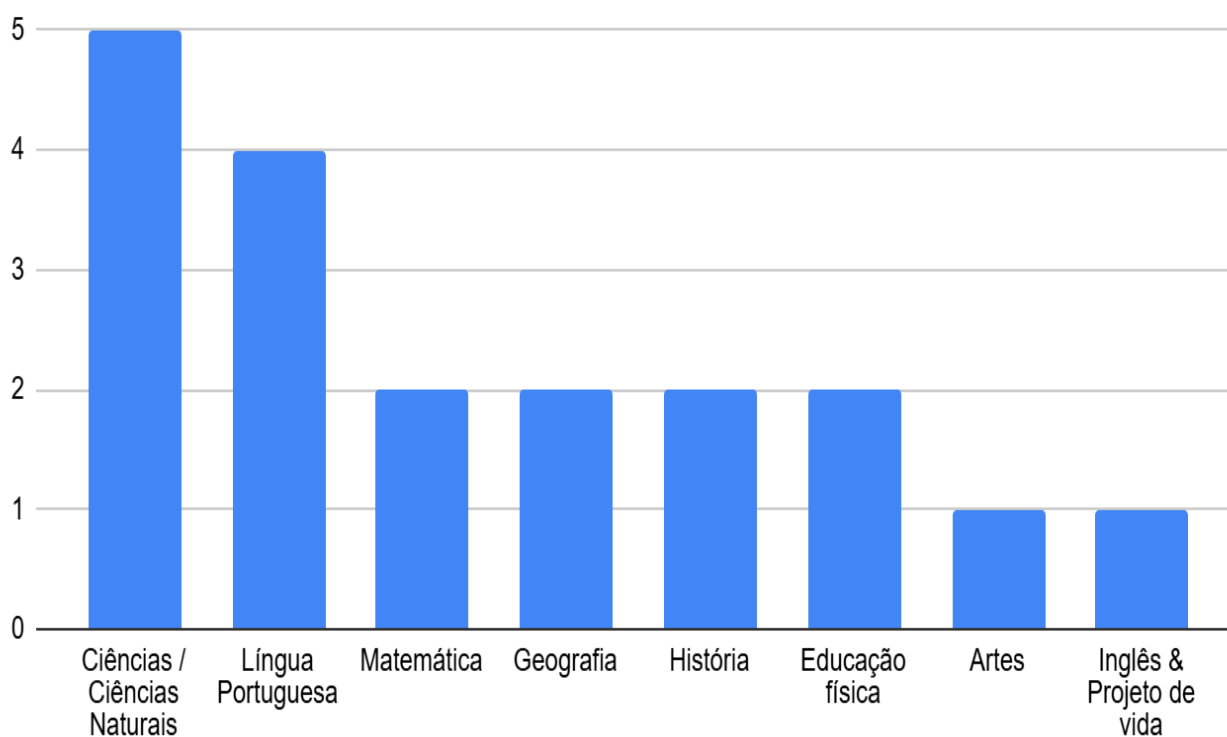


Figura 1 – Disciplinas lecionadas pelos professores entrevistados.

Quanto ao tempo de atuação docente, registrou-se que seis dos 20 professores atuam há mais de 6 anos. Outros seis possuem entre 4 e 6 anos de atuação, enquanto cinco têm entre 1 e 3 anos, e três representam docentes com menos de um ano de atuação.

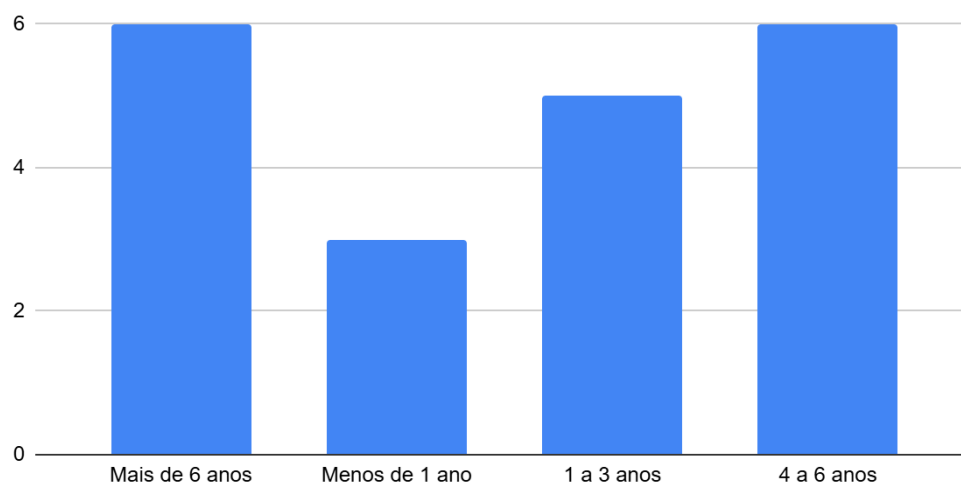


Figura 2 - Tempo de atuação dos professores entrevistados.

Ao relacionar a frequência de abordagem da Educação Ambiental com a prática em sala de aula, os resultados indicam que a abordagem ocorre majoritariamente de forma eventual, com o termo "às vezes" predominando nas respostas, seguido por "frequentemente", "sempre" e "raramente".

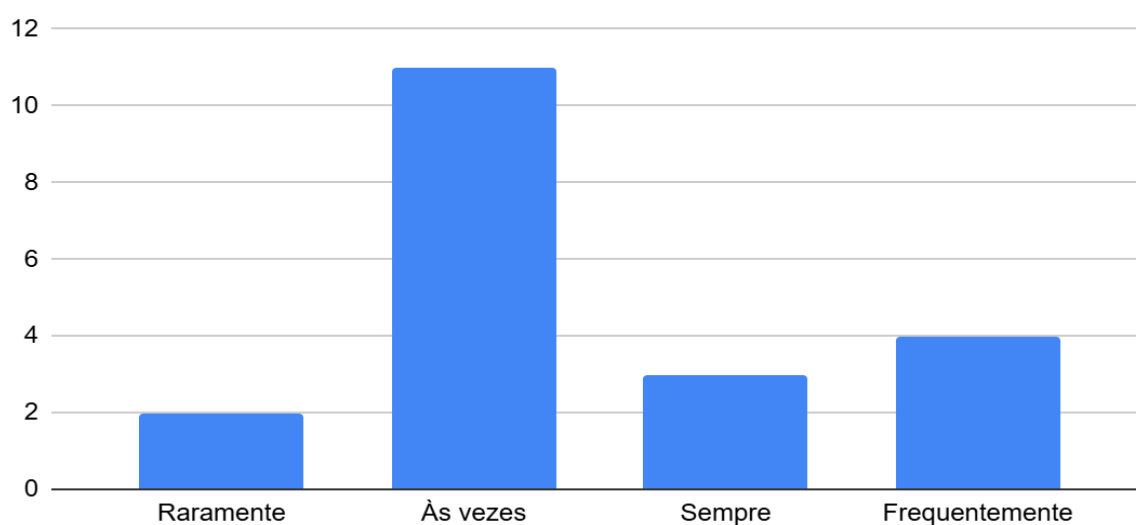


Figura 3 - Frequência de abordagem de Educação Ambiental pelos professores entrevistados.

Com relação à pergunta “Quais projetos ambientais a sua escola já realizou ou realiza atualmente?” as respostas que mais apareceram entre os docentes que participaram, em ordem de aparição, foram:

- Horta
- Reciclagem
- Contato com a Natureza: Atividades que buscam comprovar os benefícios da prática ao ar livre.
- Mediação Pedagógica: Produção textual e pesquisas sobre o tema "civilizações hidráulicas", relacionando o manejo histórico da água com a conservação atual.
- Projeto Flona (2018-2021): Um "laboratório a céu aberto" na Floresta Nacional, focado no Cerrado e nas nascentes do Descoberto.

Acerca da pergunta: “Na sua visão, qual a importância da educação ambiental no contexto escolar?” as respostas mostra que os professores entendem que é importante que seja feita a abordagem da Educação Ambiental no contexto escolar, associando-a a objetivos fundamentais para a formação dos estudantes, tais como:

- Construção do ser crítico: Desenvolvimento de uma postura consciente diante da sociedade;
- Mitigação de crises climáticas: Promoção de ações que visem o cuidado com o clima;
- Gestão de resíduos: Conscientização sobre o descarte correto e a reciclagem;
- Preservação de recursos naturais: Foco na manutenção das espécies e em um futuro ambiental favorável.

Com relação à pergunta: “Que desafios você identifica para o desenvolvimento de projetos ambientais na escola?” os docentes apontam como principais desafios a falta de recursos destinados aos projetos e a dificuldade na gestão do tempo entre aulas teóricas e práticas. Esses mesmos fatores são identificados tanto como a realidade quanto os desafios para o êxito da EA.

A partir do questionário foi possível coletar que no campo das parcerias institucionais, a escola conta com iniciativas relevantes, como:

- Projeto Lobo Guará: Polícia Militar Ambiental do Distrito Federal (PMDF)

- Projetos de Reciclagem: Parceria com o Corpo de Bombeiros Militar (CBMDF);
- Bioética e Direitos Humanos: Colaboração com a Sociedade Brasileira de Bioética e a Liga Acadêmica da UnB.

Quando perguntado “De que forma você incorpora a temática ambiental em sua prática pedagógica?”, diversas iniciativas foram relatadas, como palestras, datas comemorativas, textos de conscientização, notícias, exemplos do dia-a-dia, realização de quiz e gincanas.

Na pergunta “O que poderia ser feito para fortalecer a educação ambiental no seu ambiente escolar?” os docentes sugeriram ideias para o enfrentamento dos desafios, como:

- Adesão coletiva da equipe escolar e integração da EA a todas as disciplinas;
- Realização de formações continuadas e núcleos de estudo dentro das escolas;
- Criação de calendários pedagógicos temáticos que fortaleçam o caráter contínuo previsto pela PNEA (1999).
- A percepção dos professores sobre o interesse dos alunos é heterogênea. Por um lado, há relatos de estudantes participativos e atentos, especialmente quando a intervenção pedagógica conecta o conceito à realidade vivida por eles.

No ponto que trata sobre a formação, os resultados indicam que 50% dos professores relatam já terem feito alguma formação específica sobre Educação Ambiental. Porém ao fazer uma análise mais minuciosa a maioria destes é formada em áreas de ciências naturais ou geografia, indicando uma debilidade na formação para abordar a EA de maneira transversal.

Dentre as barreiras significativas ao engajamento observadas pelos docentes, pode-se observar:

- Distração Tecnológica: O uso constante de celulares e jogos eletrônicos é visto como fator de desinteresse.
- Visão Individualista: Dificuldade em compreender como pequenas atitudes contribuem para o coletivo, priorizando o retorno material e imediato.
- Apatia Reflexiva: Relatos de "preguiça" ou falta de conscientização prévia sobre o papel de cada cidadão.

5. DISCUSSÃO: A REALIDADE E OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM UMA ESCOLA PÚBLICA

De acordo com a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) (BRASIL, 1999), a dimensão ambiental deve ser integrada na formação, especialização e atualização de profissionais de todas as áreas de atuação. No entanto, quando analisamos as respostas do formulário da pesquisa, fica claro que existe um distanciamento dessa diretriz legal, pois metade dos professores que responderam relataram que nunca tiveram nenhuma formação ou capacitação sobre o tema e essa porcentagem aumentaria se fizéssemos um recorte entre as áreas que não tem tradição em abordar a questão ambiental.

Essa mesma legislação estabelece a importância de promover momentos de contato direto com a natureza. O grande desafio na realidade escolar é que, para desenvolver práticas pedagógicas eficazes nesse sentido, é fundamental contar com suporte e infraestrutura adequados. Infelizmente, na prática da instituição analisada, não foi observado apoio por parte da escola ou de parceiros para a realização de visitas técnicas ou para a instalação de equipamentos pedagógicos que viabilizassem essas vivências, como por exemplo disponibilização de ferramentas e máquinas agrícolas, materiais para fazer compostagem e lixeiras para separar resíduos.

A Educação Ambiental vem sendo construída ao longo de diferentes políticas e documentos educacionais brasileiros e, portanto, não pode ser entendida como uma preocupação recente. A PNEA representa um marco importante nesse processo ao reconhecer a Educação Ambiental como componente essencial e permanente da educação, defendendo sua presença articulada nos diferentes níveis e modalidades de ensino. Essa perspectiva já orientava, por exemplo, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental e as políticas de educação para a sustentabilidade, que, assim como os Parâmetros Curriculares Nacionais, relacionavam a questão ambiental à sustentabilidade, à responsabilidade com as gerações presentes e futuras e à necessidade de mobilização diante dos problemas ambientais. (Voltani; Navarro, 2012).

Quando se observa a BNCC, porém, percebe-se uma mudança nessa abordagem. Embora a Educação Ambiental apareça entre os temas contemporâneos que devem ser trabalhados de forma transversal, sua presença é bastante reduzida e não apresenta um aprofundamento sobre seus princípios, objetivos e possibilidades

de trabalho na escola. Essa questão merece atenção quando comparada à trajetória construída anteriormente, principalmente porque a transversalidade, por si só, não garante que a Educação Ambiental seja trabalhada de maneira contínua e significativa. Nesse sentido, a literatura destaca a importância de uma Educação Ambiental que ultrapasse a simples transmissão de informações e possibilite ao estudante compreender criticamente as relações, os conflitos e os problemas presentes no ambiente em que vive, favorecendo a construção de uma cidadania ambiental (Voltani; Navarro, 2012).

Essa discussão também nos leva a olhar para o cotidiano escolar. Se, por um lado, os documentos reconhecem a importância da Educação Ambiental, por outro, sua realização depende das condições encontradas pelos professores para colocá-la em prática. Voltani e Navarro (2012) chamam atenção para a influência dos materiais didáticos sobre o tipo de aula desenvolvido e para a permanência de uma organização tradicional dos conteúdos, mesmo diante das propostas de transversalidade e contextualização. No Distrito Federal, o Currículo em Movimento procura ampliar essa perspectiva ao relacionar a Educação Ambiental à formação integral e à realidade socioambiental dos estudantes. Entretanto, para que essas orientações não permaneçam apenas no campo das propostas, é necessário que a escola ofereça apoio, espaço para planejamento e formação continuada dos professores.

Nesse sentido, a interdisciplinaridade torna-se fundamental, pois os problemas ambientais não estão restritos a uma única área do conhecimento e exigem que diferentes componentes curriculares possam dialogar entre si. Entretanto, abordar uma temática ambiental em diferentes disciplinas não significa, necessariamente, desenvolver uma prática interdisciplinar. Para que isso aconteça, é necessário que exista articulação entre os conhecimentos, planejamento e diálogo entre os professores. A perspectiva transdisciplinar amplia ainda mais essa compreensão ao aproximar o conhecimento escolar das situações concretas vivenciadas pelos estudantes e pela comunidade, em articulação com o conhecimento popular.

Os dados obtidos no questionário permitem perceber que essa articulação ainda representa um desafio. Embora os professores tenham relatado diferentes formas de trabalhar a temática ambiental, como aulas teóricas, projetos, palestras, gincanas e quizzes, a baixa frequência dessas atividades indica que a Educação Ambiental ainda aparece, em muitos momentos, de maneira pontual. Assim, a transversalidade proposta pela BNCC pode acabar sendo compreendida apenas como a possibilidade

de inserir o tema em diferentes disciplinas, sem que necessariamente exista uma construção coletiva ou uma articulação entre os conhecimentos. Dessa forma, existe o risco de que a Educação Ambiental continue acontecendo de maneira pontual, vinculada principalmente à iniciativa individual de alguns docentes. Assim, o desafio não está apenas em perceber a importância da Educação Ambiental nos documentos oficiais, mas em criar condições para que ela faça parte da vida escolar e contribua, de fato, para que os estudantes compreendam criticamente o ambiente em que vivem e se reconheçam como sujeitos capazes de participar de sua transformação.

Outro aspecto importante é como os professores são preparados para trabalhar com Educação Ambiental. A PNEA deixa claro que a dimensão ambiental deve fazer parte da formação de profissionais de todas as áreas (BRASIL, 1999). No entanto, o que nossa pesquisa mostra é que muitos dos professores participantes não tiveram nenhum curso ou capacitação na área. Esse dado revela uma distância preocupante entre o que está no papel e a realidade vivida pelos docentes. Essa falta de formação dos professores está diretamente ligada à maneira como os cursos de licenciatura são organizados na faculdade, onde é quase impossível encaixar disciplinas voltadas para a Educação Ambiental.

Como as grades curriculares do ensino superior são muito rígidas e divididas em caixas isoladas, raramente sobra espaço para debater o meio ambiente de forma obrigatória ou profunda. Com esse engessamento das matérias, fica inviável preparar o futuro professor para ensinar o tema unindo diferentes disciplinas. Cria-se, então, uma contradição: a escola exige que o professor trabalhe o tema de forma integrada em toda a rotina escolar, mas a universidade o forma de maneira fragmentada e presa a uma única matéria. O educador é cobrado a conectar saberes na escola, mas não recebe esse suporte em sua base acadêmica.

Neste contexto, a formação continuada assume papel importante. Ela pode contribuir para fortalecer a capacidade dos professores de relacionar a Educação Ambiental aos diferentes componentes curriculares, permitindo que temas relacionados à sustentabilidade sejam trabalhados não como conteúdos isolados, mas em diálogo com Ciências, Matemática, Geografia, História, Língua Portuguesa, Artes e outras áreas do conhecimento (Castro; Maia, 2024).

A pesquisa aponta que a maioria dos professores possui em média 4 a 6 anos de experiência na escola analisada. Em concordância com a afirmação de Tardif (2002), a construção dos saberes se dá no processo histórico na formação

profissional. Apesar de Tozetto e Domingues (2020) afirmar que a experiência proporciona ao professor certeza na atuação, os anos de experiência em sala de aula têm demonstrado a ele um trajeto seguro, mas além disso, é possível que haja uma desarmonia com relação aos aspectos teórico e prático. Assim, a experiência profissional não deve ser confundida com formação específica em Educação Ambiental. O professor pode possuir experiência e segurança em sua prática cotidiana e, ao mesmo tempo, encontrar dificuldades para desenvolver uma temática que exige conhecimentos específicos, articulação entre diferentes áreas e estratégias pedagógicas próprias. Essa situação reforça a importância de políticas de formação continuada que não apenas transmitam novos conteúdos, mas ofereçam aos professores possibilidades concretas de refletir sobre suas práticas e construir formas de integrar a dimensão ambiental ao currículo.

A relação do professor com o aluno é essencial para estabelecer um vínculo que proporcione um crescimento mútuo. Quando o professor constrói a partir do seu conhecimento uma relação positiva, os estudantes tendem a ficar motivados e valorizados, resultando em um maior comprometimento com o seu próprio desenvolvimento pessoal e acadêmico. Dessa forma, podemos afirmar que se houver uma consciência por parte do docente, em relação a sua atuação, haverá um impacto real e profundo no dia a dia da sala de aula, superando aquele modelo de ensino que apenas transmite conteúdos isolados.

Quando o professor se coloca como um mediador aberto ao diálogo, a Educação Ambiental deixa de ser apenas uma obrigação do currículo e passa a fazer sentido na vida dos estudantes. Essa postura mais próxima e reflexiva do educador é o que ajuda a despertar nos alunos a capacidade de enxergar o mundo ao seu redor de forma integrada, percebendo que eles também fazem parte do ambiente e podem transformá-lo.

A PNEA fornece o alicerce legal e filosófico, propondo uma Educação Ambiental crítica, participativa e permanente (BRASIL, 1999). A BNCC, com limitações em sua implementação, estabelece competências voltadas à compreensão socioambiental e ao engajamento sustentável (BRASIL, 2018). O Currículo em Movimento se destaca por adaptar essas diretrizes à realidade local, integrando a Educação Ambiental às práticas pedagógicas de forma mais contextualizada e interdisciplinar (DISTRITO FEDERAL, 2014).

Foi observado a recontextualização (Silva; Loureiro, 2019) de uma Educação

Ambiental para uma Educação para a Sustentabilidade nos documentos legais analisados, podendo demonstrar uma diluição da abordagem ambiental em um tripé da sustentabilidade econômica, social e ambiental, em que a sustentabilidade econômica continua com a maior importância nesta sociedade.

Contudo, como observa Reigota (2001), a efetividade da Educação Ambiental depende menos das prescrições legais e mais do modo como estas são vivenciadas no cotidiano escolar. Portanto, é urgente que haja investimentos, não apenas financeiros, mas investir também na conscientização individual e coletiva para tirar o ensino de Educação Ambiental das margens para que ela possa ocupar seu lugar de importância existencial em um século de convívio com a iminência do colapso ambiental.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Trabalho de Conclusão de Curso buscou conhecer a realidade e os desafios da Educação Ambiental em uma escola pública de Ensino Fundamental do Distrito Federal-DF. A presente pesquisa, pautada na análise das percepções de professores da Educação Básica, forneceu um panorama sobre a inserção e os desafios da EA no ambiente escolar. Os dados revelaram que, embora a EA seja formalmente reconhecida e projetos relacionados à temática estejam presentes na maioria das escolas, sua implementação ainda se mostra fragmentada e, muitas vezes, limitada a iniciativas pontuais. A frequência com que a EA é abordada em sala de aula, bem como a promoção de eventos ambientais predominantemente em datas comemorativas, indicam uma lacuna entre o previsto nas normativas curriculares e a prática pedagógica cotidiana. E o que se observa é que um dos pontos críticos identificados foi a notável carência de formação específica em Educação Ambiental para a maioria dos docentes, o que impacta diretamente a qualidade e a abrangência da abordagem do tema. A ausência predominante de parcerias com instituições externas também emerge como um obstáculo, limitando o potencial de ampliação e enriquecimento das ações ambientais no contexto escolar.

Concluindo, embora as diretrizes nacionais, como a PNEA e a BNCC, e os currículos locais, como o do Distrito Federal, atualizem e balizem a atuação dos professores, a importância da Educação Ambiental permanece periférica nos dois últimos. Grandes desafios residem na transposição dessas intenções para uma realidade escolar mais consistente e transformadora.

Para que a EA deixe de ser um componente acessório e se estabeleça como um eixo central da prática educativa, é fundamental investir em formação continuada para os professores, fomentar uma gestão pedagógica que promova a articulação interdisciplinar e transdisciplinar e incentivar a criação de uma cultura escolar crítica e participativa. Somente assim será possível capacitar os estudantes para compreenderem e atuarem proativamente frente aos complexos desafios socioambientais do século XXI, consolidando uma educação verdadeiramente comprometida com a sustentabilidade e a justiça social. Até que um dia não nos lembremos do ditado “cachorro com muitos donos morre de fome” ao analisar a aplicação da Educação Ambiental no contexto escolar.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Maria Carolina Pires; PICCININI, Cláudia Lino. **Educação ambiental na Base Nacional Comum Curricular**: retrocessos e contradições e o apagamento do debate socioambiental. In: ENCONTRO PESQUISA EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL, 9., 2017, Juiz de Fora. Anais eletrônicos [...]. Juiz de Fora: UFJF, 2017.

AQUINO, Bruna Aparecida Silva de; IARED, Valéria. **Educação ambiental e BNCC**: uma análise dos estudos publicados. Revista Sergipana de Educação Ambiental, v. 10, p. 1-17, 2023.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2018. Disponível em: <https://basenacionalcomum.mec.gov.br>. Acesso em: 22 maio 2025.

BRASIL. **Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002**. Regulamenta a Lei nº 9.795/1999. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 26 jun. 2002.

BRASIL. **Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999**. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 28 abr. 1999.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2016. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br>. Acesso em: 22 jan. 2025.

CASTRO, Laurenia de Moraes; MAIA, Jorge Sobral da Silva. Educação ambiental crítica e formação de educadores: uma abordagem integrada para a sustentabilidade. **Revista Brasileira de Educação Ambiental (RevBEA)**, v. 19, n. 7, p. 500-508, 2024.

COSTA, S. C. P. da; OLIVEIRA, T. D. de; BENSO, A.; VIEIRA, E. P.; MUELLER, A. A.; SILVEIRA, D. C. da; FABRICIO, A.; OLIVEIRA, T. D. de; PEREIRA, F. da C.; ENDERLE, T. P. **Educação ambiental e o ambiente escolar: reflexões sobre a participação ativa dos estudantes na preservação do meio ambiente**. **Caderno Pedagógico**, [S. l.], v. 21, n. 10, p. e 9588, 2024. DOI: 10.54033/camp dv21 n10-279. Disponível em: <https://ojs.studiespublicacoes.com.br/ojs/index.php/cadped/article/view/9588>. Acesso em: 17 jul. 2026.

DELGADO, Liliana Ferreira. A educação ambiental no ensino fundamental: a construção do conhecimento para a construção da consciência ambiental. **Revista Mais Educação**, v. 4, n. 2, p. 95-106. Editora Centro Educacional Sem Fronteiras. São Paulo. 2021.

DICKMANN, Ivo; CARNEIRO, Sônia Maria Marchiorato. **Educação ambiental freiriana**. Chapecó: Livrologia, 2021.

DISTRITO FEDERAL. **Secretaria de Estado de Educação. Currículo em Movimento da Educação Básica**. Etapa Ensino Fundamental – anos finais. Brasília, DF: SEEDF, 2014. Disponível em: <https://www.sinprodf.org.br/wp-content/uploads/2014/03/1-p pressupostos- teóricos.pdf>. Acesso em: 22 maio 2025.

GOMES, Izabella. Censo aponta falta de ações ambientais em um terço das escolas brasileiras. Itatiaia, 2026.

GONÇALVES, A. **A escola**: espaço educativo. São Paulo: Editora X, 2000.

INEP. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira**. Brasília, 2024. Disponível em: <https://www.inep.gov.br>. Acesso em: 22 jan. 2025.

KARLINSKI J. ;PÉREZ CARLOS A.S. **Educação Ambiental para Educação Básica**. 2021; P 8.

LEAL, Marciano Coleta; DE SOUZA DANELICHEN, Paulo. A inserção da educação ambiental no contexto do ensino fundamental. **Ambiente & Educação: Revista de Educação Ambiental**, v. 25, n. 2, p. 725-744, 2020.

MEC. CONSED. UNDIME. **Base Nacional Comum Curricular**, segunda versão revista. 2016. Disponível em:<<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/documentos/bncc2versao.revista.pdf>>. Acesso em novembro de 2024.

ONU. Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global. Rio de Janeiro, 1992. Disponível em: https://www.mpggo.mp.br/portal/system/resources/W1siZiIsIjIwMTMvMDQvMTYvMTJfMzdfMDVfNjMzX3RyYXRhZG9fZGVfZWVucGRmI1d/tratado_de_ea.pdf Acesso em: 20/08/2026.

PEREIRA, Alan Aparecido; SANTOS, J. R. Educação ambiental na base nacional comum curricular: inferências e apontamentos. **X Encontro de Pesquisa**

Educação Ambiental, 2019.

REIGOTA, M. **Meio ambiente e representação social**. São Paulo: Cortez, 2001.

SAVIANI, D. **Escola e Democracia**. São Paulo: Cortez, 1991.

SILVA, C. E. M.; TEIXEIRA, S. F. **Percepção sobre a Educação Ambiental entre professores de ensino médio que abordam a temática em suas práticas**. HOLOS, v. 7, p. 1– 20, 2021

SILVA, Silvana do Nascimento Silva; LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. **O sequestro da Educação Ambiental na BNCC (Educação Infantil – Ensino Fundamental): os temas Sustentabilidade/Sustentável a partir da Agenda 2030**. 2019. Disponível em: <<http://abrapecnet.org.br/enpec/xii-enpec/anais/resumos/1/R0724-1.pdf>>. Acesso em novembro de 2024.

SILVA, C. E. M.; TEIXEIRA, S. F. **Percepção sobre a Educação Ambiental entre professores de ensino médio que abordam a temática em suas práticas**. HOLOS, v. 7, p. 1– 20, 2021.

TARDIF, M. (2002). Saberes docentes e formação profissional. **Petrópolis: Vozes**

TOZZETO, S.; DOMINGUES, T. de G. **A formação de professores profissional e tecnológica nas diretrizes curriculares pelo conselho Nacional de Educação (2012-2018)**. Revista Ibero-americana de Estudos em Educação, Araraquara, v. 15 n.1 p.172, 2020. DOI: 10.21723/riaee.v15i1.12151. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/12151>. Acesso em: 30/08/2026.

APÊNDICE I

Questionário de Educação Ambiental: Docentes de Ensino Fundamental

Olá, professor. Este questionário visa compreender como a educação ambiental está sendo trabalhada e identificar possíveis ações ou projetos existentes.

Nome (opcional):

Disciplina(s) que leciona:

Tempo de atuação na escola:

☐ Menos de 1 ano ☐ 1 a 3 anos ☐ 4 a 6 anos ☐ Mais de 6 anos

Bloco A

1) Sua escola possui algum projeto voltado para a temática ambiental?

☐ Sim ☐ Não ☐ Não sei informar

2) Com que frequência a educação ambiental é abordada nas aulas?

☐ Nunca ☐ Raramente ☐ Às vezes ☐ Frequentemente ☐ Sempre

3) A escola promove eventos ou campanhas relacionadas ao meio ambiente?

☐ Sim ☐ Não ☐ Somente em datas comemorativas

4) Você já participou de alguma formação específica sobre educação ambiental?

☐ Sim ☐ Não

5) Em quais disciplinas a educação ambiental é mais frequentemente trabalhada?

☐ Ciências ☐ Geografia ☐ Língua Portuguesa ☐ Matemática ☐ História ☐ Artes

Bloco B

- 1) Quais projetos ambientais a sua escola já realizou ou realiza atualmente? Descreva brevemente.**
- 2) De que forma você incorpora a temática ambiental em sua prática pedagógica?**
- 3) Na sua visão, qual a importância da educação ambiental no contexto escolar?**
- 4) Que desafios você identifica para o desenvolvimento de projetos ambientais na escola?**
- 5) O que poderia ser feito para fortalecer a educação ambiental no seu ambiente escolar?**
- 6) Você considera que os alunos demonstram interesse por temas ambientais? Por quê?**
- 7) Há parceria com instituições externas (ONGs, universidades, secretarias) para projetos ambientais? Se sim, quais?**
- 8) Compartilhe alguma experiência positiva que você teve ao trabalhar educação ambiental com seus alunos.**